



## **Elementos da visitação na Área de Preservação Ambiental do Pé do Morro em Aragominas (TO)**

### ***Elements of the visitation in the Area of Environmental Preservation of the Pé Do Morro in Aragominas (TO, Brazil)***

Stephanni Gabriella Silva Sudré, Camilo Azevedo, Andressa Nogueira Oliveira, Benilson Pereira de Sousa

**RESUMO:** As características da biodiversidade são elementos fundamentais no setor turístico, que são favorecidas nas áreas naturais protegidas motivando os turistas que buscam oportunidades de observar e vivenciar um ambiente natural. Na intenção de colaborar para a construção da compreensão sobre o turismo em áreas naturais no Tocantins e a gestão da visitação, este estudo objetivou caracterizar elementos que constituem a visitação na APA Pé do Morro, e como objetivos específicos identificar os segmentos do turismo vocacionados para a APA Pé do Morro; elencar e descrever os pontos de visitação que favorecem o desenvolvimento do turismo na área. E para tanto se utilizou de técnicas de análise e coleta de dados qualitativos, com a revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas com dois atores sociais: membro do Conselho Gestor da APA e Membro da comunidade local. Neste sentido, entender como o turismo se estabelece colabora para compreender as diretrizes para a sustentabilidade social e ambiental poderá ser garantida, tendo em vistas a valorização cultural.

**PALAVRAS CHAVE:** Gestão; Turismo; Áreas Naturais.

**ABSTRACT:** The characteristics of biodiversity are fundamental elements in the tourism sector, which are translated into protected natural areas, these factors are motivating for tourists, who seek opportunities to observe and experience a natural environment. In order to contribute to the construction of the understanding of tourism in natural areas in Tocantins and the management of visitation, this study aimed to characterize the elements that constitute the visitation in the AP do Pé do Morro, and as specific objectives identify the segments of tourism geared to the APA Pé do Morro; listing and describing the points of visitation that favor the development of tourism in the area. For this purpose, qualitative analysis and data collection techniques were used, with bibliographic review, participant observation and interviews with two social actors: member of the APA Management Council and Member of the local community. In this sense, understanding how tourism establishes collaborates to understand the guidelines for social and environmental sustainability can be guaranteed, with a view to cultural valorization.

**KEYWORDS:** Management; Tourism; Natural Areas.

## Introdução

Os estudos ambientais para o turismo demonstram com clareza a necessidade de compreensão e necessidade de contribuição da ciência neste processo. *“As universidades, pela própria natureza acadêmica e científica, transformam-se continuamente para atender aos requisitos da sociedade, assim, de diversas formas, internalizam princípios, valores e práticas, na busca por cumprir suas funções precípuas”* (CHAVES, 2013 p.58).

No âmbito do Projeto Núcleo de Turismo em Áreas Naturais da Universidade Federal do Tocantins, o presente estudo surge das provocações e reflexões que questionaram como as características da visitação na APA Pé do Morro que podem impulsionar e aproximar dos preceitos teóricos do ecoturismo na região?

A escolha do tema apresentou-se nos fundamentos das Unidades de Conservação e as contradições observadas nas práticas turísticas na APA Pé do Morro. E justifica nas necessidades de compreensão das condições e benefícios do planejamento do turismo com menores influências negativa de acordo com o esperado para a atividade, com bases na sustentabilidade e suas dimensões. E nas dimensões da sustentabilidade poderá estimular o envolvimento social, científico e político na gestão da conservação da UC.

Partindo dos pressupostos que as áreas naturais devem garantir a busca e a promoção da sustentabilidade, no que se refere às Unidades de Conservação Amazônicas do Estado de Tocantins, em especial a Área de Preservação Pé do Morro, em Aragominas (TO), apresenta distante do ideal identificado legalmente pelo SNUC, onde sua função está ligada ao uso sustentável da área.

O turismo, recreação ou lazer, são as principais atividades de uso público nas UC de proteção, através de atividades recreativa, contemplativa, ou educativa desenvolvem aos visitantes sensações que vão além das experiências do contato com meio natural, e ampliam as possibilidades de visitação com adição de informações culturais, sociais, geográficas, entre outras.

A luz da literatura científica espera-se colaborar com a compreensão dos mecanismos de planejamento através da participação dos atores sociais do entorno da atividade turística, nas decisões de planejamento em garantia da sustentabilidade ambiental e social. E assim em cooperação com os vários estudos de compreensão das relações entre o conflito e interesses das comunidades e as políticas públicas e institucionais. No favorecimento de abordagens de que buscarão ampliar as discussões, para além da estruturação de métodos de participação da comunidade no planejamento político do turístico.

O turismo pode ser uma oportunidade de desenvolvimento e de conservação dos recursos naturais, quando for utilizado de forma consciente, enfatizando os valores ambientais e contribuindo para uma mudança no modo como a natureza é vista pela sociedade. Também se observa que o turismo reduz as populações e as culturas a objetos de consumo, o que ocasiona desajustes nas sociedades receptoras (JAFARI, 1994, p. 12).

E, contudo, além do pertencimento da comunidade, as garantias da sustentabilidade favorecida pelo planejamento do turismo sustentável poderão resultar na maior sensibilidade do visitante para a conservação ambiental, fato que retoma o objetivo de criação destas áreas que refletem a conservação. Contudo observa-se que uma vivência turística ou educacional não pode ir contrária à

proposta da Unidade de conservação resultando em impactos ambientais, sociais, entre outros.

E se observa que para a criação de unidades de conservação o foco sempre será a conservação das características socioculturais de uma área, entretanto, é possível notar, algumas vezes, que este ideal não é mantido sendo priorizados outros valores com menor relevância para conservação, tal como o incentivo ao turismo desordenado como fonte de captação de renda para as unidades. A prática desta atividade deve ser tida como uma ferramenta para auxiliar a conservação, devendo ser utilizada de forma controlada assegurando não só a obtenção de recursos, mas principalmente a conservação destes ambientes.

## **Referencias teóricas**

### ***Unidades de Conservação e o uso público***

O Estado do Tocantins tem para o turismo características que favorecem seu desenvolvimento ligadas essencialmente ao turismo em áreas naturais, sendo o bioma Cerrado um dos componentes de atratividade. Em detrimento a fator, apresenta-se o sofrimento deste bioma, através do desmatamento, implantação de pastagens e lavouras, persiste fragmentos da vegetação original (OLIVEIRA, 2010)

As alterações do homem em busca de conquista de espaço naturais alteraram drasticamente seu meio ambiente, de modo preocupante e avassalador, gerando uma forte ameaça à qualidade ambiental e, em curto prazo, das possibilidades de uso (ZACCHI, 2004).

O primeiro organismo internacional preocupado com a conservação da natureza foi a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), composta por europeus, norte-americanos e representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1948, atualmente, o órgão reúne mais de 190 países e possui 11 mil membros (SOUZA, 2013).

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) destaca que a concepção de Unidades de Conservação é nada mais que a tentativa de preservar os recursos naturais e a vida dos diversos ecossistemas. Porém, seus princípios devem ir além das questões ecológicas, já que compreendem também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais, além da satisfação dos visitantes do destino (WANDERLEY-FILHA *et al.*, 2013).

Segundo a Lei nº. 9.985 de 2000, de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades de conservação (UC's) são legalmente instituídas pelo poder público nas suas três esferas (municipal, estadual e federal) e estão divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável (BRASIL, 2004).

As Unidades de Conservações, são espaços de grande importância para as atividades turísticas e de visitação, como ocorre nos parques, em busca de lazer, recreação, contemplação ou educação e, quando bem manejada, traz inúmeros benefícios à UC, através da promoção de sua proteção e conservação; benefícios sociais, através da educação ambiental e potencialidade de desenvolvimento regional fomentado pelo turismo.

Como confirma Boo (1992) principalmente nas populações urbanas, tem se formado demanda considerável em áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (UC), justificado pela valorização dos recursos naturais destes locais. Estas áreas estão expostas fragilmente a perdas irreparáveis de suas riquezas pela falta de gestão deste fluxo de visitantes.

É possível observar que a beleza cênica somada aos patrimônios naturais, históricos e culturais das Unidades de Conservação, gera um poder de atração de turistas e visitantes, apesar de se destinarem inicialmente à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza, são estes fatores que também motivam a visitação (RUSCHMANN, 2004).

As características biodiversa do Brasil são potencializadas nas áreas naturais que atuam com o favorecimento das atividades turísticas, e por sua vez o turismo fortalece as Unidades de Conservação pela sociedade, incrementa a economia, gerando emprego e renda para as populações locais (BRASIL, 2004).

E este cenário ecológico entre as consequências do uso dos recursos e a busca por remição dos impactos, influenciou a busca por visitação a áreas que favorecem a interação com o meio ambiente conservado, atraindo um expressivo fluxo de pessoas às áreas protegidas, para atividades recreativas e de lazer, sendo os Parques as paisagens ideais para tais práticas e os mais conhecidos do grande público.

### ***Turismo em áreas naturais protegidas***

O turismo é originado pelo fluxo de pessoas motivado à atividade de lazer e recreação, mas que visa usufruir de todos os benefícios possíveis. É relevante que o turismo seja um conjunto de elementos que dão forma a atividade turística, com os serviços, a oferta e a demanda. O desenvolvimento da visitação e do turismo deve acontecer de forma planejada de modo a beneficiar a comunidade local sob a forma de infraestrutura básica e de implementação de leis em prol da melhoria da comunidade local.

E enquanto atividade humana envolve o deslocamento de pessoas para as localidades denominadas destinos turísticos, devido às atrações disponíveis naquele espaço (oferta turística), sejam elas culturais ou naturais (BENI, 2003; BUENO, 2007).

Sendo o turismo um setor complexo, e dispõe de diferentes elementos e aspectos socioambientais e econômicos como (FRATUCCI, 2000).

A natureza é um dos elementos principais do turismo, a procura por ambientes naturais tem constante crescimento, demonstrando, assim, a necessidade de estratégias e ao mesmo tempo políticas que contribuam para o uso sustentável do meio ambiente.

Neste contexto, *“é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação”* (RUSCHMANN, 2004, p. 27). A complexidade do tema demonstra a necessidade legal do zelo ao ambiente natural, não apenas pelos agentes públicos e privados, deve partir dos visitantes a busca da proteção dos atrativos naturais.

O estabelecimento de instrumentos de gestão da visitação em UC's é papel do poder público, tem por função específica em propor o planejamento e ordenamento das atividades humanas nesses espaços para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio.

De modo bastante sucinto essa modalidade pode ser entendida como formas de ação presente que garantirão o futuro, na visão de Rose (2002, p, 51), "*está intimamente ligado à conservação de recursos ambientais que pode garantir a exploração sem deteriorar os recursos naturais, sendo utilizados para satisfazendo a necessidade do momento, sem comprometer a capacidade das futuras gerações*".

Ligado a essa proposta, destaca-se o conceito de ecoturismo, compreendido como meios para desenvolver o turismo em áreas ambientais com o mínimo de impacto. Atualmente, esse conceito liga-se também a um tipo de turismo alternativo (CANDIDO, 2003).

A excelência turística passa pelos dos bens e serviços, que depende da qualidade dos processos e gestão de pessoas em elevado grau de exigência (CASTELLI, 2003; 2010). Segundo Panosso Netto (2007) o turismo estabelece em um aglomerado de formas, maneiras e anseios diferentes de vivenciar o ambiente, por parte dos envolvidos.

Cifuentes (*et al.* 1992), um dos pioneiros na área de estudo e controle dos impactos da visitação, já alertava que a crescente demanda tem incrementado pressão sobre as áreas protegidas. E urgência da necessidade de assegurar a sustentabilidade dos recursos através do estabelecimento de planejamentos de uso, que permitam manter uma atividade turística rentável, sem deteriorar os recursos dos quais depende.

Os esforços iniciais para o controle dos efeitos que as visitas causam nas UCs (Unidades de Conservação) estabeleceram critérios ligados ao conceito de capacidade de carga, que originalmente era aplicado em disciplinas de manejo de pastagens e, sua adaptação para o caso do manejo da visitação, utiliza prioritariamente o número de visitantes que uma área pode admitir, sem que ocorram impactos inaceitáveis aos recursos naturais e à experiência do visitante

Os princípios propiciam um sentido lógico, harmônico e coerente às atividades de visitação em UC (Unidade de Conservação). São as estruturas fundamentais para que as políticas, diretrizes, normas e regulamentações sejam mais bem desenvolvidas e aplicadas (BRASIL, 2006). O estabelecimento de instrumentos de gestão da visitação em UC's é papel do poder público, tem por função específica em propor o planejamento e ordenamento das atividades humanas nesses espaços para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio.

A publicação "Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação", sugere os princípios que devem ser observados durante o planejamento e gestão da visitação em Unidades de Conservação: deve estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação; deve aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência ambiental; acesso de todos os segmentos sociais; devem estar previstas em seus respectivos instrumentos de planejamento; requer a existência de infraestrutura mínima; a visitação é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais; manutenção da integridade ambiental e cultural; deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social

das comunidades locais; devem buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes; deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento; devem considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como: visitação individual, visitação em grupos espontâneos, visitação em grupos organizados de forma não comercial e visitação organizada comercialmente, entre outras (BRASIL, 2006).

Os métodos de gestão da visitação são etapas aliadas há decisões de manejo e nos níveis de conservação, e não na capacidade de carga e infraestrutura de recepção. Para que as ações de manejo sugeridas nas etapas finais dos métodos citados possam ser avaliadas, é necessária a implantação de um programa de monitoramento, onde se utilizam indicadores de impacto e padrões de qualidade que caracterizam os objetivos do manejo e o zoneamento da Unidade de Conservação.

No Manual de Monitoramento e gestão de Impactos lançado pela Secretaria do Meio Ambiente (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010) do Estado de São Paulo, afirmam algumas ferramentas similares de planejamento que foram propostas posteriormente: *Visitor Impact Management* - VIM (GRAEFE *et al.* 1990) e *Visitor Experience and Resource Protection* - VERP (NATIONAL PARK SERVICE, 1997).

A base de todo o processo está na realização do monitoramento contínuo das condições biofísicas e sociais da área natural. Para selecionar estratégias de manejo eficientes, que reduzam ou controlem os impactos, os gestores das áreas protegidas necessitam de informações objetivas e atualizadas da intensidade, extensão e do padrão de distribuição das diferentes formas de impacto (LEUNG; MARION, 1999).

Os métodos de planejamento da visitação atualmente utilizados caracterizam-se por serem dinâmicos que podem ser determinantes na garantia dos objetivos das Unidades e a preservação e conservação do ambiente natural, a partir de metodologias participativas e integradas aos preceitos da comunidade local.

### **Procedimentos metodológicos**

A área de estudo localiza-se ao entorno do município de Aragominas em Tocantins, especificamente na Área de Proteção Ambiental Pé do Morro, localizada em sua maior extensão no Morro da Velha, que é uma Unidade de Conservação estabelecida por Decreto Lei Municipal nº 053/2017, com área de 230 hectares e seus limites com significativos fragmentos da vegetação nativa do Cerrado (SOUZA, 2011).

A área segue como atribuição da Lei Orgânica do Município, no art. 71 inciso III, e tem objetivos de proteger a diversidade biológica e entre outros aspectos direcionados para disciplinar a ocupação territorial e assegurar a sustentabilidade ambiental e cultural.

Em todas as fases do processo de construção do conhecimento ocorreu no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, pelo Laboratório de Turismo na disciplina de Ecoturismo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, e ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação (NEPEBIO). E o suporte de três membros do Conselho Gestor da Unidade de Conservação e do Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS).

O trabalho foi desenvolvido no âmbito do Laboratório de Turismo, do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins, e no contexto da Pesquisa Científica “Turismo em Áreas Naturais”, registrado no GPU nº 2716, em parceria com o Instituto de Natureza do Tocantins – NATURATINS e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Considerando-se o critério de investigação, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e observação participante, com método qualitativo de coleta e análise de dados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

A pesquisa bibliográfica ocorreu inicialmente na leitura e debate nas aulas de Ecoturismo, com fichamento e seleção das mais adequadas obras sobre o setor de turismo e o segmento ecoturístico, e ainda as premissas legais sobre as Unidade de Conservação baseado no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A pesquisa de campo se deu na visita técnica entre os dias 07 de julho e 18 de agosto de 2018, com a coleta de dados com a observação, filmagem e fotografia, na realização das trilhas de acesso a unidade, conversa com visitantes e com dois dos moradores da comunidade no interior da UC, e ainda em reuniões com quatro docentes da UFT e dois membros da NATURATINS.

O método de observação participante é realizado com a participação do pesquisador nas atividades efetivas, por meio de ventos e contextos naturais, que para a pesquisa foi com a realização da trilha da APA Pé do Morro. O presente método tem ligação epistemológica na etnologia com a contribuição de autores como Decrop (1999).

A classificação de pesquisa quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva (GIL, 1994), que propiciou o aprimoramento de idéias ou intuições, voltadas para um planejamento flexível, de modo a possibilitar a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

## **Resultados e discussões**

O processo de gestão da visitação em Unidade de conservação passa pela identificação dos pontos de atratividade, onde os atributos turísticos são evidenciados dando bases ao planejamento turístico. Borges (2004) relata que o inventário turístico é elaborado para subsidiar o planejamento da visitação e pode colaborar com o monitoramento dos impactos potenciais e reais nas unidades.

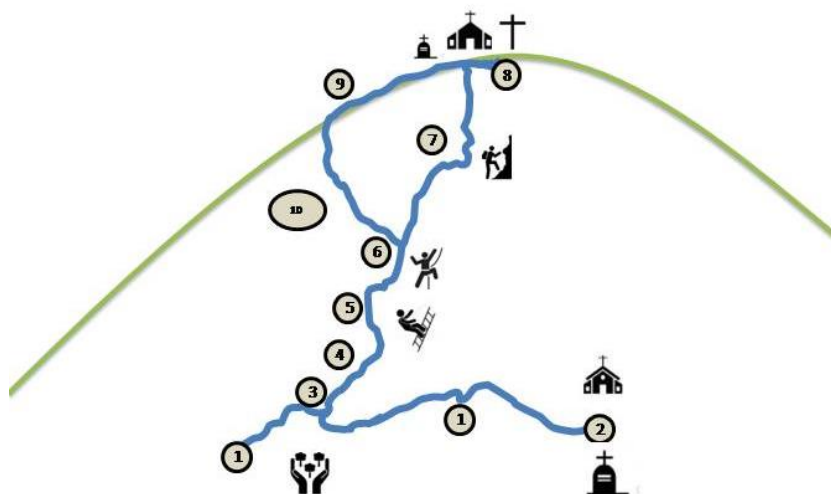
A APA Pé do Morro é naturalmente vocacionada para o ecoturismo, pelas características e importância natural e por se tratar de área protegida desde 2017, e essencialmente para o turismo religioso, pelas características religiosas de formação histórica, peregrinação por romeiros, eventos religiosos, entre outros elementos. E surge ainda um fato novo ao estudo do turismo na localidade que é o segmento do etnoturismo, potencialmente evidente na presença fundamental da Comunidade Tradicional Quilombola Pé do Morro.

Os elementos do etnoturismo são o ecoturismo, sustentabilidade, natureza e cultura numa integração singular (AZEVEDO, 2007), a partir do prevaecimento das características de uma comunidade ou grupo social tradicional, mais reconhecida pelas atividades turísticas em áreas indígenas (NOGUEIRA *et al.* 2013).

Faz necessário lembrar que as comunidades quilombolas são legalmente instituídas como comunidades tradicionais, com direito a expressões territoriais, culturais e afirmação da identidade (BRASIL, 2003).

A comunidade quilombola do interior da APA Pé do Morro tem sido descrito pela academia muito recentemente e é regionalmente identificada com a unidade pelas demonstrações de pertencimentos a localidade. A trilha da APA é exemplos importantes na predominância desta comunidade na APA, foram criadas pela comunidade locais e são realizadas no tipo circular por iniciar e terminar em áreas no mesmo espaço, mas seguindo por áreas diferentes.

A UC tem sua visitação prioritariamente realizada pelo acesso da trilha principal, e foram identificados e elencados dez pontos (Figura 1) de interesse pelo grau de atratividade ligados as características: ambientais, paisagísticas, culturais e religiosas.



**Figura 1:** Trilha da APA Pé do Morro, Aragominas (TO). **Fonte:** Dados da pesquisa. SUDRÉ (2018).  
**Figure 1:** Trail of the APA Pé do Morro, Aragominas (TO, Brazil). **Source:** Research Data. SUDRÉ (2018).

O primeiro ponto, caracteriza-se pela presença de elementos culturais, divididos especificamente em religiosos e étnicos. E foi apresentado na Figura 1 em dois espaços se caracteriza pela residência dos integrantes da comunidade do interior da UC, o grupo de famílias que chegaram para formar a cidade e estabeleceram no local desde 1953.

Esta comunidade é tradicional, remanescentes quilombola, que foi descrita por Coelho (2010) e Assis (2017), comoromeiros peregrinos originados do Ceará, Maranhão e Piauí, num contexto religioso importante para a região.

E se qualifica para além das características biológicas, e geográficas ou históricas, e apresenta-se a característica etnológica, um potencial e diferencial no turismo.

O etnoturismo é “(...) sendo definido como um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (...)”. E que muitas vezes vem sendo restrito apenas para o turismo indígena, o etnoturismo valoriza a visitação para a vivência cultural de comunidade e a diversidade étnica do Brasil, entre os quilombolas, ciganos, entre outros (LIMA; ASSIS; MOURA, 2013, p.14).



O segundo ponto, o cemitério, reforça o potencial cultural e religioso, é um espaço de visitação, o local reúne os túmulos restrito aos pertencentes, sendo eles personalidades da criação da cidade, religiosos e pessoas da comunidade que foram considerados importantes para serem enterrados no local.

Encontra-se em risco a segurança e a preservação da memória local pelos impactos negativos sofridos e pela falta de manutenção, com ausência de ações de conservação, e apresenta como ponto de desprestígio da história da cidade como um todo. E deve ser considerada área de atenção e de cuidado dos visitantes para evitar os impactos as estruturas ou qualquer acidente, pela exposição aos materiais e falta de sinalização e identificação dos enterrados.

E ao lado direito, no mesmo ponto há a Igreja da comunidade, é caracterizado pela presença de aspectos importantes do patrimônio cultural, de expressões católicas. A igreja, como todos elementos arquitetônicos da Unidade foi construída pela comunidade local e do entorno da UC, e encontra-se preservada e utilizada como ponto de partida da romaria com eventos anuais no mês de julho quando marca a época de chegada no lugar, e é de grande importância para a comunidade local e atraem romeiros, pagadores de promessas, religiosos, grupos de jovens religiosos, aventureiros, entre outros grupos em festejos. O acesso direto a trilha, local onde são realizados eventos religiosos e janeiro e julho, e em algumas exceções é disponibilizado para camping.

Seguindo para a trilha em direção ao topo do morro, o terceiro ponto com o acesso a trilha que tem entre 50 a 70 cm de largura, a trilha com cerrado aberto, pode ser descrito como de interesse da interpretação ambiental, com possibilidade de identificação das fitofisionomias do bioma cerrado e suas características. É marcada pela presença de uma rocha, onde os visitantes tiram fotos pelo com desnível na direção da trilha, potencialmente utilizada para abrigo nas épocas mais primitivas da região.

A interpretação ambiental é uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de ações pedagógicas. E através de linguagens da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local (MMA, 2006).

Nas UC's a interpretação ambiental é ferramenta eficaz de manejo e ajuda de maneira direta a redução dos impactos ambientais negativos e na potencialização dos impactos sociais positivos, e indiretamente, no aumento dos impactos econômicos positivos decorrentes da atividade de visitação (MMA, 2018).

Ao iniciar a quarto ponto da trilha, os aspectos ligados ao interesse para a interpretação ambiental continuam em evidência. O ponto tem o desnível acentuado, caracterizado pela presença de formações rochosas, importante demonstração do Cerrado Rupestre, e um exemplar de árvores reforçando a caracteriza de savana do bioma. Neste ponto já se observa a paisagem formada pela flora e pela formação geológica de outros morros no entorno e do topo onde se direciona, com desnível moderado.

O ponto cinco, é um espaço caracterizado pela possibilidade de contemplação da paisagem, por iniciar-se a escadaria de madeira, com cerca de 50 degraus, que forma uma escadaria fixada na rocha, com declive importante e dificuldade moderada pela ausência de alguns degraus, falta de suporte para as

mãos em grande parte da escada e presença de materiais cortantes como pregos e madeira da própria escada, e ainda com fixação alterada pelo tempo.

O ponto seis é onde o declive é acentuado, com ausência de determinação da trilha por haver a exposição da rocha, onde se direciona a suporte do cabo de aço fixado em uma rocha grande, pela caracteriza do espaço, com solo rochoso, escorregadio e sem formação da trilha. Os visitantes devem apresentar bom condicionamento físico e resistência pela exigência do ponto.

No ponto sete, é representado pela rocha exposta, com alto grau de insolação, sem suporte para mãos, sendo possível escalar, apesar do declive acentuado. Apresentado grau de orientação relativo, pela ausência da formação de trilha efetivamente sinalizada, porém apresenta uma vista da paisagem de grande interesse dos visitantes.

O oitavo ponto é o mais alto da trilha onde se localiza o atrativo principal, num conjunto de artigos religiosos com a igreja do alto do morro, um cruzeiro de madeira e túmulo da mais ilustre personalidade religiosa na localidade. Este é o ponto mais visitado, com grande potencial ecoturístico aliado a paisagem ampla do cerrado podendo ser observadas as comunidades locais e vizinhas, com beleza cênica ligada as características naturais e culturais, sendo o nascer e pôr do sol os momentos aguardados pelos visitantes, que influencia até os horários de visita. Este local é fonte de realização de romarias, eventos nas datas religiosas e peregrinação.

O nono ponto é a um mirante natural, com visão oposta ao ponto anterior, e amplo para a contemplação da fauna e flora, com foco na paisagem natural e conservada, e local com maior apreciação dos visitantes quando são motivados pelas questões naturais da área.

O décimo ponto marca o retorno ao ponto de convergência em direção ao ponto final, onde se apresenta a por raízes e rochas expostas, com pontos de níveis de dificuldades moderados, pela presença de rochas e folhas soltas que pode apresentar riscos a realização da trilha. Esta parte da trilha é identificada por sombreamento e sinalização e identificação, feitas pela comunidade local e não seguem os padrões do ICMBIO, porém auxiliam a orientação do visitante.

A interpretação ambiental pode ser percebida como atividade essencial para a APA, com elementos do patrimônio cultural e natural, que pode favorecer inclusive atividades como a educação ambiental, observação da paisagem, fauna e flora.

As UC's são áreas de prioridades para a conservação e preservação dos recursos naturais e culturais (SNUC, 2000). A área de estudo apresenta intensa atratividade turística e de visitação, que acendem alertas importantes a gestão da unidade, e somam as ameaças já encontradas, potencialmente acentuadas pela visitação.

As características a serem preservadas da área foram descritas, no termo de conservação ambiental (SOUSA, 2013; ZEE-BICO, 2005): Área de vegetação remanescente; Espécies raras (*Panthera onca*, *Tapirus terrestris*, *Scarcorhamphus*, *Mazama americana*); Nitificação de aves; Beleza cênica; Floresta ombrofila; zonas de influencias de recursos hídricos, várzeas, margens de rio e mananciais.

E sua fragilidade é dada pela dimensão das ameaças sofridas do modo de uso destas áreas, e na APA Pé do Morro apresentam-se alguns riscos possíveis a visitação na trilha, foi observada:

### 1. Influências negativas ambientais:

- Expansão e proximidade do centro urbano de Aragominas (TO);
- Visitação não planejada;
- Falta de gestão da visitação;
- Poucas pesquisas científicas;
- Ausência de fontes de Informação e educação ambiental;
- Deficiência no Monitoramento das ameaças ambientais;
- Perda de biodiversidade;
- Ameaça aos habitats da fauna;
- Livre circulação de animais domésticos;
- Fragmentação da vegetação e existência de plantas ornamentais (exóticas);
- Presença de equipamentos eletrônicos (antena).

### 2. Aspectos negativos socioculturais:

- Contato não planejado a Comunidade local;
- Vandalismo;
- Instalações do Cemitério precárias;
- Necessidade de guias ou condutores;
- Falta de articulação entre os atores sociais;
- Não há o investimento através do ICMS Ecológico;
- Eventos realizados com equipamentos motorizados inadvertidamente;
- Ausência da sinalização;
- Ausência de apoio indicadores de orientação;
- Falta de assistência para segurança;
- Ausência de equipamentos e infraestrutura adequada para visitação;
- Mirante com elevado risco para visitação.

A unidade naturalmente apresenta fatores que podem apresentar ameaças ao equilíbrio ambiental e social, porém está entregue a sorte, por não se apresentar preparada para a visitação nas várias dimensões possíveis da atividade, seja na ausência de planejamento, gestão ou monitoramento da visitação.

### **Considerações finais**

A pesquisa aponta a necessidade de se estabelecer normativas e regulamentação específicas para a visitação na APA Pé do Morro, direcionados a atividade de turística, de lazer, eventos e esportivas para garantir que a atividade siga os princípios da sustentabilidade. E demonstra ainda a importância da elaboração de diretrizes de integração da as comunidades locais e seus conhecimentos tradicionais sobre os vários aspectos do espaço e do cotidiano.

E com os resultados revelou que o potencial turístico e de visitação é maior do que o efetivamente realizado, tendo potencial de abrangência do turismo em áreas naturais com vocação para três segmentos do turismo: ecoturismo, etnoturismo e turismo religioso.

Os segmentos do turismo na área se combinam de forma complexa, potencialmente diferenciada nesta UC, com a presença de potenciais para o ecoturismo, por ser uma Unidade de Conservação; para o etnoturismo, pela comunidade tradicional quilombola e para o turismo religioso, pelo contexto geral de peregrinação religiosa e pelo patrimônio cultural.

Contudo se por um lado observou a necessidade de planejamento geral dos roteiros de visitação, instituição de estruturas físicas e organizacionais de gestão da visitação, por outro lado apresentam como fortalecedor dos processos a participatividade de da comunidade local e do entorno nas atividades da unidade.

E ao observar que há interação entre a comunidade e a gestão da Unidade, foram identificados os principais atores sociais do turismo na APA, demonstrando ambiente favorável para a articulação e criação de políticas de gestão da visitação. Assim recomenda-se a criação de uma organização coletiva onde se estabeleçam a participação em grupos, como: o Conselho Gestor da APA, a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo de Aragominas/TO, o curso de tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Tocantins de Araguaína/TO, PPGCULT – Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da UFT, que poderão elaborar, orientar e desenvolver projetos adequados aos objetivos da unidade para o turismo local.

E ainda foi observado as ameaças a visitação, que vão além a atividade e podem por si trazer impactos determinantes ao turismo, porém essencialmente a biodiversidade, desintegrando as características do patrimônio cultural e natural da UC.

### Referências bibliográficas

- ALVES-MAZZOTTI, A.J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AZEVEDO, L.L. **Ecoturismo indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 8 ed. São Paulo: editora SENAC, 2003.
- BOO, E. **Ecoturismo**: potenciales y escollos. Washington, D.C: WWF, 1992.
- BORGES, M. M. Fontes de informação e inventário. In: MOURÃO, R. M. F. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo**. Instituto ECOBRASIL. Rio de Janeiro: FUNBIO. 2004.
- BRASIL. **Regulamento quilombola. Decreto-lei n. 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Casa civil. 2003.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.
- BUENO, F.P. Educação ambiental aplicada ao Ecoturismo nas Unidades de Conservação do Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina. In: LI Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidade de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, **Anais**, 2007.
- CANDIDO, L.A. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: Educ. 2003.
- CARVALHO, N. O. Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio Econômicos do Pantanal. v.1, 1984, Corumbá. **Anais**. Brasília: EMBRAPA-DDT, 1986, (EMBRAPA-CPAP. Série Documentos, 5. p. 43-49.
- CASTELLI, G. **Administração Hoteleira**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- CASTELLI, G. **Hospitalidade**: a inovação na gestão nas organizações prestadoras de serviços. São Paulo: Saraiva, 2010

CIFUENTES, M.; AMADOR, E.; CAYOT, L.; CRUZ, E.; CRUZ, F. **Determinación de capacidad de carga turística em áreas protegidas**. Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE). Série Técnica Informe técnico n. 194, Turrialba, Costa Rica, 1992.

DECROP, A. Tourists' decision-making and behavior processes. In: PIZAM, A; MANSFELD, Y. **Consumer behavior in travel and tourism**. Routledge: New York, p. 103-133. 1999.

FRATUCCI, A.C. **Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico**. Geographia. Ano. II, n. 4. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOVERNO DE SÃO PAULO. **Manual de monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidade de conservação**. WWF-Brasil. Secretaria Estadual do Meio Ambiente: São Paulo. 2010.

GRAEFE, A.R. KUSS, F.R. VASKE, J.J. **Visitor impact management – the planning framework**. Washington, DC: National Park and Conservation Association, v.2, 105 p. 1990,

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri-SP: Manole, 2004.

LEUNG; Y., MARION, J. L. **Spatial strategies for managing visitor impacts in National Park**. Journal of Park and Recreation Administration. N. 17. V. 4, p. 20-38. 1999.

NATIONAL PARK SERVICE. **The visitor experience and resource protection (VERP) framework: a handbook for planners and managers**. Denver: UD Department of interior, National Park Service, 1997.

NEVES, S. M. A. S. Mapeamento e quantificação do uso da terra e cobertura vegetal do Pantanal de Cáceres-MT, Brasil: através de imagens de sensoriamento remoto e pesquisa de campo. 2006. 248 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, E.M. Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação do etnoturismo na terra indígena Raposa Serra do Sol, Região Ingarikó –WII TÍPI. **Dissertação** de mestrado. Programa de pós-graduação em Educação Agrícola, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.

OLIVEIRA, I. J. Turismo no Cerrado. In: **Dossiê Cerrado**. Revista UFG. Ano XII, nº 9. Dez. p. 48-56. 2010.

PANOSSO NETTO, A. Filosofia del turismo: Una propuesta epistemológica. **Estud. perspect. tur.** [online]. oct./dic. 2007, vol.16, no.4, p.389-402. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-1732200700040001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-1732200700040001&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 1851-1732. Acesso em: 05 setembro 2011.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão do turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SOUZA, B. P. Elaboração de base cartográfica e levantamento geoambiental, como subsídio para criação da unidade de conservação de uso sustentável no município de

Aragoimas, Norte do Tocantins. **Revista eletrônica do Curso de Geografia – GEOAMBIENTAL online**. UFC. n. 16, jan-jul, 2011.

WANDERLEY-FILHA, I.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M. e ALBUQUERQUE, J. C. Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, p. 27-44. nov. 2013.

ZACCHI, G. P. **Turismo ecológico e ecoturismo**: diferença e princípios éticos. Revista eletrônica Diálogos a Ciência, Santa Catarina, Ano II, nº 4, jun., 2004.

ZEE-BICO. **Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio**. Zoneamento Ecológico-Econômico. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (Seplan). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Araguaína: Geomorfologia da Folha SB.22-Z-D. estado do Tocantins. Escala 1:250.000. org. por Ricardo Ribeiro Dias e Rodrigo Sabino Teixeira Borges. 2.ed. Palmas, Seplan/DZE, 2004.

**Stephanni Gabriella Silva Sudré**: Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

E-mail: stephanni\_@uft.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8872671577638597>

**Camilo Azevedo**: Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

E-mail: kmilo.azevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes:

**Andressa Nogueira Oliveira**: Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

E-mail: andressa.nogueira.uft@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5877491226214347>

**Benilson Pereira de Sousa**: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, Araguaína, TO, Brasil

E-mail: benilson.sousa@naturatins.to.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4227012096583384>

Data de submissão: 28 de fevereiro de 2019

Data de recebimento de correções: 02 de julho de 2019

Data do aceite: 02 de julho de 2019

Avaliado anonimamente